

Melhora o perfil da dívida interna

Parcela atrelada ao câmbio cai de 36% para 24% este ano; estoque chega a R\$ 717 bilhões

Luciana Otoni
de Brasília

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) aumentou 1,4% em outubro na comparação com setembro, fechando em R\$ 717,9 bilhões. A elevação deveu-se, principalmente, à apropriação de juros no valor aproximado de R\$ 10,5 bilhões. Na avaliação do coordenador-geral de Administração da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle, a dívida fechará o ano com um estoque inferior a R\$ 750 bilhões.

“Pre vemos fechar o ano rigorosamente dentro do Plano Anual de Financiamento, com uma melhora significativa na composição por meio da redução da dívida cambial e do aumento de participação dos títulos prefixados”, afirmou Valle. A despeito da expansão contínua do montante da DPMFi entre janeiro e outubro — o estoque teve um acréscimo de R\$ 81 bilhões —, o perfil da dívida tem melhorado mês a mês ao longo deste ano.

Troca de posições

A parcela exposta ao câmbio passou de 26,48% em setembro para 24,39% (R\$ 175,07 bilhões). Este é o menor percentual que se verifica desde março de 2001. A queda foi atribuída, em parte, ao efeito de R\$ 4,2 bilhões da apreciação do real no mês. A dívida cambial deverá encerrar o ano com uma participação de 23% em relação ao total — um avanço se considerado que, em janeiro, essa par-

ticipação era de 36,37%. Quanto menor a participação dos papéis atrelados ao câmbio, menor o risco de mercado da dívida.

Em outubro, a parcela dos títulos corrigidos pela taxa Selic fechou em 50,85% (R\$ 365,01 bilhões), ante 49,73% em setembro. Já a participação dos títulos prefixados passou de 9,05% para 9,89% (R\$ 70,97 bilhões), seguido pelo aumento da parcela de papéis remunerados por índices de preços, cuja participação passou de 12,91% em setembro para 13,11% (R\$ 94,10 bilhões) em outubro.

O relatório sobre a DPMFi divulgado pelo Tesouro Nacional e

Banco Central mostrou que, em outubro, os resgates de títulos públicos federais somaram R\$ 27,4 bilhões. Já a emissão de títulos alcançou R\$ 28,5 bilhões, dos quais R\$ 11,9 bilhões (41,7% do total) em prefixados.

Como forma de garantir a liquidez dos papéis de longo prazo, o Tesouro Nacional iniciou, em 30 de setembro, o programa de recompra de Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C). Por meio desse programa, o Tesouro se compromete a comprar o mínimo de 1% dos papéis. Com base nisso, na operação realizada no primeiro dia útil de outubro, foram recom-

prados R\$ 2,9 milhões em títulos com vencimentos em 2021 e 2031. “Esse programa visa a dar uma certeza adicional ao investidor de título de longo prazo”, comentou Paulo Valle.

Bancos compram

Em outubro, as instituições financeiras nacionais adquiriram 64,7% dos títulos públicos e constituíram-se nas maiores compradoras desses papéis. A dívida de curto prazo a vencer em 12 meses totalizou R\$ 230,24 bilhões em outubro (32,07% do total), mantendo-se praticamente estável em relação a setembro.